

BORIS FAUSTO

Memórias de um historiador de domingo



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2010 by Boris Fausto

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa

warrakloureiro

Foto de capa

Boris Fausto com os filhos Sérgio e Carlos.

Ubatuba, década de 1960. (Arquivo pessoal.)

Preparação

Maria Cecília Caropreso

Revisão

Marina Nogueira

Angela das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fausto, Boris

Memórias de um historiador de domingo / Boris Fausto.
— São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

ISBN 978-85-359-1775-8

1. Fausto, Boris 2. Intelectuais brasileiros 3. Memórias
autobiográficas I. Título.

10-11114

CDD-920

Índice para catálogo sistemático:

1. Intelectuais brasileiros : Memórias autobiográficas 920

[2010]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

A Cynira, com carinho, *in memoriam*

Sumário

Introdução 9

1. À sombra das Arcadas 13
2. A política intra e extramuros 35
3. Futebol e cinema. Um mundo masculino 46
4. Advogado, meio a contragosto 63
5. O fascínio da União Soviética e a micromilitância 82
6. O camarada Crispim. Entrismo e saidismo 119
7. Um balanço da micromilitância 130
8. Na pátria do proletariado 135
9. Cynira e sua história 145
10. Ubatuba não há mais 194
11. Os últimos anos de meu pai 210
12. Tempos de repressão 217
13. Historiador de domingo 234
14. A República de Ibiúna. Notas sobre uma geração 265
15. Um tango argentino 281

Agradecimentos 285

Créditos das imagens 287

1. À sombra das Arcadas

Começo onde parei no livro anterior, em 1948, e dou alguns passos que me levam para dentro da faculdade do largo de São Francisco. Não poderia me decepcionar com a velha Academia, pois a escolha, menos que uma escolha, era mais uma exclusão de outras duas carreiras também prestigiosas: a de engenharia, com a qual não tinha a menor afinidade, e a de medicina, pelo horror às autópsias e às efusões de sangue. Quanto à Faculdade de Filosofia, não tinha sequer informação de sua existência.

Provenho de uma família de imigrantes, cujo esforço para manter-se e progredir na nova terra fora notável, mas que não poderia orientar nenhum de seus jovens descendentes na esfera profissional. Quem meteu uma colher no assunto foi o autodidata Jacques Rousselle — amigo preferido de meu pai, Simon —, apoiando minha escolha: “Borrizinho é muito papudo e deve mesmo virar advogado, mas advogado criminal; para comercial não serve”. Meu pai tratou de conversar com os conhecidos do mundo dos negócios cafeeiros, tentando recolher opiniões sobre

a carreira de seu filho, que eles mal conheciam. Tive uma conversa irritante com um senhor húngaro — o dr. Biro —, homem de boas maneiras, mas peremptório, que mal ouviu as minhas razões e sentenciou numa frase tão telegráfica quanto definitiva: “Direito *non*, engenheiro técnico sim, Suíça”.

O ingresso numa faculdade tradicional, para um filho de imigrantes, era portanto um índice de integração na vida brasileira, apesar das incertezas. O contraste era nítido na comparação com jovens provenientes de “gente da terra”, inserida em sólidas carreiras profissionais. Convivi de perto e me tornei amigo de um advogado, Paulo Costa Manso, cuja família é constituída de juristas, magistrados, servidores da Justiça, entre os quais destaco o pai de Paulo, o ministro Costa Manso, do Supremo Tribunal Federal. Entre os amigos do Paulo, corria a história de que na casa do ministro as regras de comportamento tinham por base os artigos do Código de Processo Civil. Por exemplo, quando, à mesa, um dos filhos não se conformava que a mãe se recusasse a lhe dar mais um pedaço de torta de morangos, dirigia-se ao pai não para choramingar, mas para interpor o recurso adequado às circunstâncias: uma apelação, um agravo de instrumento ou, quem sabe, um agravo de petição.

Revejo o que escrevi, há mais de uma década, em *Negócios e ócios* sobre minhas primeiras sensações ao ingressar na Faculdade de Direito. Não se entra no prédio do largo de São Francisco como se entra num prédio qualquer. As arcadas da entrada, o pátio retangular, as escadas de mármore que conduzem aos andares de cima, os elevadores destinados aos professores, as salas a que os alunos raramente têm acesso são elementos de um quadro, impresso na memória.

Ao mesmo tempo, integram o passado as sensações negativas, provocadas pelo trote, pela literatice, pela pouca atração proporcionada pelo ensino. Entre a escrita de um livro e de ou-



Faculdade de Direito do largo de São Francisco, na saída do cortejo fúnebre do senador Cesar Lacerda de Vergueiro, São Paulo, 1957

tro, as sensações permanecem as mesmas, com algumas ressalvas. É certo que vagavam pelas Arcadas alguns poetastros alcoólatras, eternos alunos, frequentadores dos botequins do largo de São Francisco, tentando transfigurar-se em algum dos poetas românticos do século XIX; de preferência, aquele menino — Álvares de Azevedo — morto tão cedo, cujos versos o modernismo injustamente depreciou.

Mas dentre os frequentadores assíduos dos botequins — um punhado de alunos, convém ressaltar — havia um ou outro menos dado a pretensões literárias, sempre com uma boa história para contar. Eu os acompanhava de quando em quando, no

seu ritual diário: sentavam-se num tamborete colado ao balcão e, quando a cachaça era servida, lançavam ao solo uma pequena dose, sentenciando: “A primeira é pras almas”. Uma única vez experimentei aquele álcool cujo fogo rastejou pela minha boca e desceu goela abaixo, derramando-se no estômago. Bastou a experiência e talvez dela tenha nascido meu desprazer pela “cadinha”, como se dizia antigamente, ingerida com ou sem moderação.

O trote foi um desastroso cartão de visitas de ingresso na faculdade. Há quem pense de forma diversa, tome como brincadeira o que não é brincadeira e suporte humilhações abrandadas pela alegria de ingressar na faculdade, ou aceite essas humilhações na expectativa do revide, no ano seguinte, quando se passa de “bixo” a veterano. Da minha parte, não tinha dúvidas de que seria aprovado no vestibular nem desejava infligir vexames em quem quer que fosse. Queria apenas ser deixado em paz.

Porém, não quero passar a impressão de que eu era um rapaz sisudo, incapaz de brincadeiras infames, embora, nem de longe, com a violência do trote. Uma delas tinha como cenário o pátio da faculdade, centro de encontro dos alunos. Um hábito comum era ler os jornais de pé, encostando-se num dos pilares das arcadas. Quando alguém estava mais enfronhado na leitura, um gaiato chegava de mansinho, acendia um fósforo e tocava fogo na parte de baixo do jornal. As pequenas labaredas iam subindo até que a vítima percebia o cheiro de fumaça e o fogo crescendo, enquanto o autor da façanha, rodeado por alguns colegas, espreitava a chegada do momento principal. Aí, a vítima reagia sempre com o mesmo gesto de espanto, atirando o jornal para longe e só num segundo momento respondia, com os palavrões de praxe, às gargalhadas gerais. Eu gostava muito de participar da brincadeira, naturalmente quando atuava como incendiário.

Como contei em *Negócios e ócios*, consegui em parte fugir

aos piores episódios do trote graças à colaboração de amigos como Haroldo de Campos e José de Castro Bigi. Ambos vinham avisar, a mim e ao Augusto — irmão do Haroldo —, num encontro nas imediações do largo de São Francisco, na praça do Patriarca, como estava o clima nas Arcadas, se alguma violência maior andava sendo tramada, se os gritos cavernosos de “É hoje, calouro” eram para valer ou simples intimidação.

Não exagero ao falar de violência e dou dois exemplos de façanhas comandadas por alguns sádicos, que vão muito além do cabelo raspado, do corpo pintado, das roupas colocadas pelo avesso e que têm nítida conotação sexual. Uma delas consistia em selecionar um grupo de calouros, trancá-los numa sala, ordenar que baixassem as calças e a cueca e se pusessem de costas para serem avaliados pela qualidade de seus traseiros. Eles recebiam notas de 1 a 10, escritas a tinta, na respectiva região. A outra façanha consistia num ritual de castração, praticado no subsolo em que ficava o Centro Acadêmico XI de Agosto. Os sádicos agarravam um calouro ao acaso, colocavam seu saco na caçapa de uma mesa de sinuca e preparavam uma tacada fatal, que acabava não se realizando.

Felizmente, graças aos anjos da guarda, sofri um trote suave, consideradas as circunstâncias. Lembro-me apenas de uma passeata de calouros saindo do largo de São Francisco, uns amarrados aos outros. A tropa de esfarrapados, conduzida aos berros pelos veteranos, seguia pela rua São Bento, quando vi parado na calçada um crítico literário bem conhecido na época, Carlos Burlamaqui Kopke. Eu me virei para o Augusto e sussurrei: “Olha o Kopke”. Se narro essa insignificância, é porque lembrar dela me intriga e me leva a uma pergunta: como a memória retém de forma nítida (vejo o Kopke de terno azul, bem-composto, com um sorriso levemente irônico nos lábios) um momento tão circunstancial e apaga outros — quem sabe mais importantes — para

sempre? Ou será que esse fato, na aparência irrelevante, tinha um significado maior, como algo que restituía o melhor da minha individualidade — o menino com algum vínculo com figuras intelectuais, negando assim a reles condição de “bixo”?

Sigamos, porém, a farândola, que percorreu a rua São Bento e chegou à praça do Patriarca, de onde José Bonifácio, assentado no centro dela em um pedestal, foi mais tarde injustamente deslocado. A praça ficou para trás, fomos no rumo do Viaduto do Chá e entramos pela rua Barão de Itapetininga — na época uma via de lojas elegantes que era símbolo do “Novo Centro”, enquanto o Centro Velho, formado pelas ruas do Triângulo, vivia sua inexorável decadência. Desembocamos, afinal, na praça da República e ali fomos batizados no lago de águas turvas, em meio a assustados peixinhos vermelhos.

Se for necessário um argumento de autoridade para apoiar minha indignação contra o trote, que aliás, periodicamente provoca vítimas fatais, lembro um depoimento do professor Miguel Reale sobre sua experiência com a “brincadeira”, ao ingressar na faculdade em 1930. Nas palavras de Reale, “a década de trinta não foi época de esplendor na história das Arcadas, e minhas decepções foram se acumulando até culminar em atos de desencanto, mas não de repulsa. Sofri um trote estúpido, quando me obrigaram a beber meia garrafa de aguardente, lançando-me vestido no lago artificial da praça da República, um dos mais belos logradouros paulistanos”.*

Enquanto escrevia estas linhas, lembrando as violências do trote, fiquei me perguntando se não haveria outra faceta dos alunos da Faculdade de Direito — a sátira e a crítica política — que

* Miguel Reale, *Memórias – vol. 1 – Destinos cruzados*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1986, p. 43.